

Alívio até para a inflação

FMI sobe de 5,5% para 9% teto da meta de 2002. País poderá sacar US\$ 3 bi em setembro

Ailton de Freitas



Vivian Oswald, Martha Beck e Enio Vieira

BRASÍLIA

O pacote fechado pelo Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) estabelece meta de inflação mais folgada este ano do que a fixada anteriormente pelo governo. Para 2002, o programa permitirá inflação de 6,5%, podendo chegar a 9%, já que a margem de tolerância de variação dos preços será de 2,5 pontos percentuais, para baixo ou para cima. Para o Banco Central, porém, a meta de inflação — que orienta a política de juros — continuará a ser 3,5%, com teto de 5,5%, utilizando a margem ainda vigor, de dois pontos de oscilação. As metas com o FMI serão trimestrais, caindo de 8%, entre julho e setembro deste ano, para 5%, no mesmo período de 2003.

Nossas projeções estão bem abaixo desses (novos) números — disse o presidente do BC, Armínio Fraga, ao se referir à projeção da ata do Comitê de Política Monetária, que prevê um IPCA entre 5% e 5,5% em 2002. O governo, porém, já admitiu o rompimento do teto.

Pelo acordo, o Brasil poderá sacar já no início do próximo mês a primeira parcela de US\$ 3 bilhões da ajuda financeira de US\$ 30 bilhões. O dinheiro será liberado imediatamente após a diretoria do FMI aprovar oficialmente o programa, o que deve ocorrer nos primeiros dias de setembro.

Programa já teve aprovação informal

• O ministro da Fazenda, Pedro Malan, adiantou que o pacote já foi aprovado informalmente numa reunião do FMI anteontem, quando o programa foi anunciado:

— O novo acordo mostra que o Brasil tinha, tem e terá apoio internacional. O programa mostra que este apoio é importante para reverter a atual situação provocada pela instabilidade eleitoral e pelas turbulências no mercado externo.

Já Armínio afirmou que o Brasil tem um bom caminho pela frente, embora a conjuntura não seja boa:

— Temos condições de superar esse momento. Esse acordo é espetacular, os números falam por si.

A segunda parcela do acordo, também de US\$ 3 bilhões, poderá ser liberada após a primeira re-



MALAN E ARMÍNIO anunciam em Brasília detalhes do acordo com FMI: equipe econômica esbanjou sorrisos e otimismo

As regras do programa

• **METAS DE INFLAÇÃO:** O acordo estabelece metas trimestrais de inflação, que podem variar para mais ou para menos em 2,5 pontos percentuais. Foi revista para 8% a meta do 3º trimestre deste ano, parte do programa de 2001. Para o 4º trimestre, é de 6,5%, caindo para 6% e 5,5% nos dois primeiros trimestres de 2003, respectivamente, e encerrando em 5,5% no 3º.

• **SUPERÁVIT PRIMÁRIO:** O FMI exigiu superávit primário (resultado positivo entre receita e despesa, à exceção dos juros) de 3,75% do PIB de 2003 a 2005

• **RESERVAS:** O piso das reservadas caiu de US\$ 15 bilhões para US\$ 5 bilhões, ampliando

em US\$ 10 bilhões a munição do BC para intervir no câmbio. O BC terá que informar ao FMI quando a intervenção for superior a US\$ 3 bilhões.

• **RAÇÃO DIÁRIA:** As intervenções programadas de US\$ 50 milhões diários foram suspensas.

• **CRONOGRAMA:** Em 2002, poderão ser sacados US\$ 6 bilhões em duas parcelas de US\$ 3 bilhões, a primeira em setembro, com a aprovação oficial da ajuda, e a segunda em novembro, após a revisão trimestral. Os US\$ 24 bilhões serão sacados pelo próximo governo, se assim ele decidir, em três parcelas, de valor ainda não definido, nas revisões trimestrais.

visão do programa, em novembro. Os US\$ 24 bilhões restantes, caso o novo governo decida usá-los, poderão ser sacados em 2003 em três parcelas trimestrais ao fim das revisões do cumprimento das metas. Esse acordo, que valerá por 15 meses, substitui a atual ajuda de US\$ 15,2 bilhões, vigente até setembro deste ano. Assim, a última parcela, de cerca de US\$ 1 bilhão,

que o Brasil tinha direito a sacar no próximo mês foi anulada.

O novo acordo também prevê a redução do piso de reservas do BC de US\$ 15 bilhões para US\$ 5 bilhões e a manutenção do atual esforço fiscal de 3,75% do PIB até 2005, caso o próximo governo queira sacar os recursos. O ministro do Planejamento, Guilherme Dias, adiantou que, para isso, será

preciso fazer novos cortes de gastos.

Malan explicou que US\$ 20 bilhões do total emprestado ao Brasil seguem as regras dos empréstimos de *stand by* do FMI, com juros de 2,22% ao ano, podendo chegar a 3,22% de acordo com o valor sacado. O prazo de pagamento varia de três a cinco anos após a data do saque. Os US\$ 10 bilhões restantes são da linha *Supplementary Reserve Facility* (SRF) e têm taxas mais altas, de 5,22% a 7,22% de acordo com o volume sacado, e prazo de pagamento de dois anos. Os juros são punitivos e crescem na medida que aumentem os saques.

Apesar do clima de euforia com os termos do programa com o FMI, Malan e Armínio demonstraram impaciência, na apresentação de ontem dos detalhes do acordo, com questionamentos sobre o futuro da economia brasileira. Ambos ficaram irritados ou deixaram de responder indagações sobre possíveis quedas da taxa interna de juros (pergunta considerada perda de tempo pelo presidente do BC), os indicadores ruins de atividade econômica na reta final do atual governo e as dificuldades fiscais que serão herdadas pelo próximo presidente da República. ■

• FH BARROU AUMENTO DE ESFORÇO FISCAL, na página 22

Reuters